



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 976/2014

1—Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, e nos termos do despacho de delegação de competências n.º 3435/2012, publicado no DR II Série, n.º 49, de 8 de março, designo para exercer funções de apoio técnico-administrativo na Residência Oficial do Primeiro-Ministro Sara Cristina Silva Cerdeira.

2—Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos a partir de 1 de outubro de 2013.

3—Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

7 de janeiro de 2014. — O Chefe do Gabinete, *Francisco Pimentel de Mello Ribeiro de Menezes*.

Nota Curricular

Dados pessoais e habilitações académicas:

Sara Cristina Silva Cerdeira, 27 anos, frequenta o 1º Ciclo do Curso de Direito na Universidade Autónoma de Lisboa.

Curso de Aptidão Profissional — Formação de Formadores.

Experiência Profissional:

1 de junho a 30 setembro de 2013 — desempenhou funções de secretariado através da Empresa Hospedeiras de Portugal;

20 maio de 2013 a 31 de maio 2013 — Operadora de registo de dados no departamento de recursos humanos da Empresa Galp Energia; Janeiro 2013 a março 2013 — Secretariado de Direção no Grupo Suma;

6 julho a 27 agosto de 2012 — Administrativa de Recursos Humanos na Staples;

Abril a julho 2012 — Administrativa/Comercial na Clínica Dentária Oralmed;

Março 2012 a abril 2012 — Administrativa de Recursos Humanos na Pluricall;

Setembro 2011 a fevereiro 2012 — Assistente Administrativa no Departamento de Contra-ordenações no Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias;

Outubro 2009 a abril 2010 — Assistente de Direção de Recursos Humanos e apoio ao Departamento Jurídico e ao Departamento Comercial na empresa Carmo Estruturas;

Maio 2009 a setembro 2009 — Administrativa/Rececionista, no Grupo Rangel/Fedex.

207535328

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

Despacho n.º 977/2014

1. Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnico especialista, o mestre Filipe Nuno Borges Mascarenhas Serra, afeto ao mapa de pessoal da Direção-Geral do Património Cultural, para exercer funções na área jurídica no meu gabinete.

2. Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei, o estatuto remuneratório do designado é o dos adjuntos.

3. Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pela Direção-Geral do Património Cultural e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mesmo decreto-lei.

4. Ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º, fica o designado autorizado a exercer atividade docente de ensino superior, até um limite de 6 horas semanais, nos termos da legislação em vigor.

5. Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 1 de janeiro de 2014.

6. Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

8 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

Nota curricular

Nome: Filipe Nuno Borges Mascarenhas Serra

Data de nascimento: 30 de março de 1960

Formação Académica:

Mestre em Património Cultural (Universidade Católica Portuguesa)

Licenciado em Direito (Faculdade de Direito de Lisboa)

Doutorando em Estudos de Cultura (Universidade Católica Portuguesa)

Cargos Exercidos:

2009/2011 — Subdiretor do Instituto dos Museus e da Conservação (subdiretor geral);

1997/2004 — Diretor do Departamento Financeiro e de Administração do IPPAR (diretor de serviços);

1988/1990 — Coordenador do Gabinete de Organização de Concursos (equiparado a Chefe de Divisão).

Carreira Docente:

Desde 1995 — Professor Assistente na Universidade Católica (em tempo parcial);

Entre 2001 e 2007 — Professor Convidado em várias Universidades; Coorientador de várias teses de Mestrado.

Habilitações Profissionais:

Curso do Regime Jurídico da Função Pública (1987); Curso de Concursos Administrativo (1989); Curso sobre o novo regime legal das aquisições e despesas públicas (1999); Curso sobre o novo regime legal das empreitadas de obras públicas (1999).

Carreira Profissional Pública:

Desde 1986 — Técnico superior do quadro de pessoal da atual Direção-Geral do Património Cultural — Ministério e/ou Secretaria de Estado da Cultura (ex-IPPC, ex-IPPAR e ex-IGESPAR);

2011/2013 — Técnico superior de carreira da Direção-Geral do Património Cultural e assessoria no Gabinete do Secretário de Estado da Cultura;

2009/2011 — Subdiretor do Instituto dos Museus e da Conservação (subdiretor geral, com os pelouros da Gestão e Divulgação e Documentação);

2007/2009 — Nomeado para o Grupo de Trabalho de criação/instalação do Museu do Vale do Coa com o pelouro de todos os procedimentos jurídico-administrativos e financeiros;

2004/2007 — Destacado do IPPAR no Comissariado-Geral das Comemorações de S. Francisco Xavier (Estrutura de Missão — Ministérios da Cultura, Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional e Economia), com a organização de diversas exposições e outras iniciativas culturais;

2004 (6 meses) — Bolseiro de Estado;

2000 — Representante do IPPAR no processo legislativo de criação do novo normativo legal das carreiras de museologia, conservação e restauro;

1997/2003 — Diretor do Departamento Financeiro e de Administração do IPPAR — diretor de serviços (acumulando a coordenação da formação profissional);

1996 — Nomeado para o Grupo de Trabalho de instalação do Parque Arqueológico do Vale do Coa com o pelouro de todos os procedimentos jurídico-administrativos e financeiros;

1995/1996 — Assessoria jurídica à Direção do IPPAR, incluindo assessoria ao Departamento de Projetos e Obras;

1991/1992 — Assessor jurídico do Departamento de Projetos e Obras;

1990/1992 e 1995/2003 — Representante do IPPAR em negociações sindicais, como coordenador do grupo de trabalho;

1988/1991 — Coordenador do Gabinete de Organização de Concursos de pessoal (equiparado a chefe de divisão);

1986/1988—Assessoria jurídica na área do pessoal e ao Departamento de Museus;

1981—Câmara Municipal de Sintra—Assessoria à Vereação na área dos recursos humanos.

Carreira Profissional Privada:

1992/1995—Licença sem vencimento para exercício de atividade privada (confederação patronal), com funções de chefia, organização de seminários internacionais e representação em reuniões junto da União Europeia (Bruxelas);

Trabalho Desenvolvido na área dos Museus e do Património Musealizado:

Proposta de revisão de toda a legislação das carreiras de pessoal ligado à museologia, servindo como base de trabalho nas negociações sindicais;

Proposta de novos quadros de pessoal dos Museus não nacionais;

Processo de extinção do Museu de Arte Popular e integração do respetivo pessoal no Museu Nacional de Etnologia;

Processo de criação legislativa do Mosteiro de Tibães como serviço dependente do IPPAR;

Processo de criação legislativa do Museu do Convento de Jesus;

Processo de criação legislativa do Museu de Etnologia do Porto;

Estudo sobre a carreira de conservador de museus;

Proposta de novo quadro de pessoal para o Instituto de José de Figueiredo, bem como de revisão da legislação relativa às carreiras de conservação e restauro;

Parecer sobre o diploma legal criador da Escola Superior de Conservação e Restauro;

Coordenação, em conjunto com o ex-IPM, do processo de reclassificação dos guardas de museu para a nova carreira de vigilantes-rececionistas;

Lei Orgânica do IPPC (1990);

Diploma legal criador do Instituto Português de Museus (1991), nomeadamente quanto ao preâmbulo, normas de transição e quadro de pessoal.

Outras Funções:

Presidente e/ou membro de Comissões de Abertura de Propostas dos concursos de empreitadas de obras públicas e de aquisições de serviços;

Presidente e/ou vogal de Júris de concursos de pessoal.

Conferências / Formação:

Orador no VII Encontro dos Reitores dos Santuários de Portugal (Fátima, Casa de Nossa Senhora do Carmo, 2013);

Monitor num Workshop organizado pela Rede Portuguesa de Museus sobre o Código Deontológico do ICOM (Albufeira, Biblioteca Municipal, 2011);

Monitor num Workshop organizado pela Rede Portuguesa de Museus sobre o Código Deontológico do ICOM (Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 2011);

Monitor num Workshop organizado pela Rede Portuguesa de Museus sobre o Código Deontológico do ICOM (Porto, Museu Nacional de Soares dos Reis, 2011);

Orador no Seminário sobre Redes Regionais de Museus, organizado pela Delegação Regional de Cultura do Centro (Coimbra, Fundação Bissaya Barreto, 2011);

Orador no Seminário sobre Gestão de Museus, organizado pelo Instituto dos Museus e da Conservação (Palácio Nacional de Queluz, 2010);

Monitor numa Pós-Graduação sobre o tema *Gestão do Património* (Lisboa, Faculdade de Direito, 2010);

Monitor num Workshop organizado pelo Instituto dos Museus e da Conservação sobre o Código Deontológico do ICOM (Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, 2010);

Monitor num Workshop organizado pela Comissão Nacional do ICOM sobre o Código Deontológico do ICOM (Porto, Faculdade de Letras, 2010);

Monitor num Workshop organizado pela Comissão Nacional do ICOM sobre o Código Deontológico do ICOM (Lisboa, Museu de Ciência, 2009);

Orador no Debate sobre as profissões museais, organizado pela Comissão Nacional do ICOM (Lisboa, Universidade Lusófona, 2008);

Orador nas Jornadas da Comissão Nacional do ICOM sobre as carreiras de pessoal de museologia, conservação e restauro (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008);

Orador no Congresso da Associação dos Professores de História sobre a gestão do património religioso e as relações Estado-Igreja (Lisboa, Universidade Lusófona, 2006);

Formador profissional a convite da Associação Cultural Sete Pés (Leiria, Biblioteca Municipal, 2005)

Orador num Seminário sobre a nova Concordata, a propósito do regime dos bens culturais da Igreja (Évora, Instituto Superior de Teologia, 2004);

Orador num Seminário sobre a nova Concordata, a propósito do regime dos bens culturais da Igreja (Lisboa, Universidade Católica, 2004);

Orador em Ações de formação para todos os párocos da diocese de Leiria-Fátima sobre a nova Lei do Património Cultural (Palmela, Casa de Retiro, 2004).

Publicações:

Monografias

Práticas de Gestão nos Museus Portugueses; Universidade Católica Editora; Lisboa; 2007.

Artigos / Entrevistas:

A lei da separação na perspectiva de..., 2011, in INVENIRE, Revista de bens culturais da Igreja, nº2—Jan-Jul, pp 60.

Entrevista, 2009, in *Marketing das artes em direto*, CURVELO, Rita, Editora Quimera, Lisboa, pp 57-77.

Museu do Vale do Coa ou um desafio à gestão, 2009, in Caderno nº 5—Coleção Cadernos do Coa, pp 33.

Ingressos nos museus—os princípios ou as conveniências?, 2009, in Boletim do ICOM, setembro—novembro, pp 18-19.

Museus: a gestão dos recursos ou a arte de gerir a escassez, 2008, in Revista Museologia, nº 2, Ano II, Instituto dos Museus e da Conservação, Lisboa, pp 179-199.

A imagem nos manuais do ensino primário do Estado Novo, 2006, in “Cultura”—Revista de História e Teoria das Ideias, Universidade Nova, Lisboa, pp 151-176.

Algumas notas sobre o regime do Património, 2006, in Estudos sobre a Nova Concordata com a Santa Sé, Instituto Superior de Direito Canónico/UCP, Lisboa, pp 329-335.

Algumas notas sobre o regime do Património na nova Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa e o projeto Igreja Segura, 2004, in Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora, nº 34, Ano XVII, Évora, 2004, pp 125-144.

Traduções:

Código de Deontologia Profissional do ICOM (Buenos Aires, 1986), 1995, a partir da versão francesa, Comissão Nacional Portuguesa do ICOM.

Outras:

Coautor do projeto de *Código Deontológico dos Bailarinos*, 2005, registado no Gabinete dos Direitos de Autor do Ministério da Cultura.

Prémios:

Prémio APOM 2006 para a *Melhor Obra sobre Museologia* com a tese de mestrado *Práticas de Gestão nos Museus Portugueses*.

207537978

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

Despacho n.º 978/2014

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., criada pelo Decreto-Lei n.º 140/2013, de 18 de outubro, sucede, nos termos do disposto no artigo 18.º do referido diploma, nas atribuições ao Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P., ao Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P., e ao Observatório do Quadro de Referência Estratégico Nacional, entidades que são objeto de extinção por fusão.

De acordo com as disposições da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, até à conclusão do processo de extinção por fusão, as instituições a extinguir deverão manter-se em normalidade de funções, o que pressupõe e exige o regular funcionamento dos respetivos órgãos de direção, princípio geral que, no caso das instituições que precedem à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., se configura como particularmente relevante, atentas as especiais responsabilidades que exercem no âmbito da coordenação, certificação e pagamento dos fundos comunitários da política de coesão.